
LITERATURA INFANTO-JUVENIL, LEITURA E UNIVERSIDADE: RELAÇÕES PERIGOSAS

João Luís C.T.CECCANTINI¹

RESUMO: O artigo tem por objetivo polemizar em relação à posição marginal que ocupa, de um modo geral, uma reflexão sistemática sobre o “subgênero” literatura infanto-juvenil e seu papel na formação de leitores nos Cursos de Licenciatura em Letras no Brasil.

UNITERMOS: literatura infanto-juvenil; leitura; literatura e ensino; metodologia da leitura; currículo de Letras.

Um tema ainda hoje bastante polêmico nos Cursos de Licenciatura em Letras de todo o Brasil diz respeito ao espaço que esses cursos têm reservado em seus currículos para uma reflexão sistemática sobre o “subgênero” literatura infanto-juvenil e seu papel na formação de leitores. Apesar dos esforços de pioneiros em Universidades de diferentes regiões do país, crescentemente do final da década de 60 para cá, tem sido esse um espaço bastante aquém daquele desejado por setores militantes no sentido de institucionalizar disciplinas afinadas com esse campo de estudos. Este trabalho quer discutir algumas das razões que explicam a posição marginal geralmente ocupada por esse tipo de reflexão no contexto da Universidade brasileira e até que ponto tal posição se justifica ou não.

Para desenvolver o tema, torna-se, de início, inevitável lembrar que essa discussão se insere no quadro de mudanças marcantes ocorridas na sociedade brasileira das últimas décadas e, no que nos interessa, especificamente no campo da Educação. Todos temos consciência do impacto causado pela lei 5692/71 no Sistema de Ensino

¹Faculdade de Ciências e Letras — UNESP/Assis.

brasileiro. Se, por um lado, no bojo dessa lei houve continuidade do projeto de expansão quantitativa de nosso sistema escolar, chegando aos bancos da escola uma clientela muito maior do que algumas décadas atrás, por outro lado, dado o caráter tecnicista do projeto educacional então instaurado, não houve a contrapartida necessária no âmbito qualitativo, que assegurasse um ensino de bom nível a esse imenso contingente de crianças, agora com acesso material à escola.

Diante da nova situação, a Universidade pública, particularmente no que se refere aos Cursos de Licenciatura, viu-se despreparada para atender às novas necessidades de formação dos profissionais que deve lançar no mercado de trabalho. Instaurou-se uma crise, em que os padrões elevados e idealizantes a que se acostumara a Universidade não eram mais suficientes na busca de respostas para o novo contexto histórico-social. Os professores recém-formados pela Universidade passaram a receber diariamente em suas salas de aula crianças com um horizonte cultural abissalmente diferente daquele valorizado pela escola, oriundas de um meio iletrado, dominando variantes lingüísticas bastante diferentes daquelas legitimadas e valorizadas pela instituição escolar. E os problemas decorrentes desse quadro de “democratização do ensino” traduziram-se em expressões hoje infelizmente já muito familiares para todos nós, tais como “evasão escolar”, “fracasso escolar”, “falsa terminalidade”, “analfabetismo funcional”, entre muitas outras. Isto para não falar dos próprios alunos universitários, futuros professores, que gradativamente assumiram um perfil bastante distinto do de algumas décadas atrás.

Esse estado de coisas afeta – em certos casos em maior escala, em outros em menor – os Cursos de Licenciatura das Universidades públicas, que se vêem obrigados a repensar seus currículos e práticas, na medida em que, nos últimos anos, vêm retornar aos bancos da Universidade os professores que formaram, para “cursos de reciclagem” de diversa ordem, geralmente em função de políticas institucionais conduzidas pelas Secretarias de Educação estaduais ou municipais. A partir dessa convivência entre professores universitários e os professores de 1.o e 2.o Graus da Rede Pública de Ensino, recém-formados ou não, trocando efetivamente suas experiências, fica patente que os velhos cursos de Graduação não vêm cumprindo plenamente seu papel de preparar os futuros profissionais para a realidade evocada.

Sem descartar que o problema é bastante amplo, passando mesmo por aspectos estruturais graves da realidade do país, setores mais progressistas da Universidade não hesitam em aceitar que, nem mesmo em relação a questões muito pontuais e específicas, os Cursos de Licenciatura têm sabido encontrar respostas para a natureza dos problemas colocados. Inicia-se assim um amplo processo de questionamento interno das Licenciaturas, opondo setores mais abertos a mudanças e outros a elas mais refratários.

É nesse quadro que se insere o interesse pela literatura infanto-juvenil no interior da Universidade, nos últimos anos, nos Cursos de Letras, encontrando-se via de regra essa disciplina no centro da polêmica que discute os projetos pedagógicos dos cursos. E, nesse sentido, vale dizer que é um dos “cursos de reciclagem” mais freqüentemente oferecidos pelas Universidades, secretarias da educação, delegacias de ensino, pelo fato de não ser disciplina obrigatória dos currículos de Graduação em Letras.

Enquanto fenômeno de mercado, a literatura infanto-juvenil, do final da década de 60 para cá, invade o espaço da escola de 1.o e 2.o Graus, inunda as salas de aula com as enormes tiragens de títulos lançados vertiginosamente pelas editoras e, legitimada ou não pela Academia, coloca-se no centro de um debate que divide posições e a situa então entre dois fogos. Num dos extremos, é encarada como a panacéia milagrosa que pode sanar o problema da formação do leitor no ensino de 1.o e 2.o Graus e percebida como necessidade de primeira ordem a sua “invasão” dos currículos universitários e do espaço acadêmico de um modo geral. No outro extremo, a literatura infanto-juvenil é vista como um rebaixamento, mácula inadmissível, tanto a prejudicar uma idealizada formação de melhor qualidade do estudante de 1.o e 2.o Graus, quanto a invadir o espaço sagrado da Academia voltada ao ensino e à pesquisa do corpus literário sacramentado pela tradição.

Levantemos, portanto, alguns aspectos que nos ajudem a compreender criticamente as diferentes posições em relação ao problema. Tratemos da questão, de início, pelo lado que enfatiza aspectos negativos geralmente associados à literatura infanto-juvenil e que, na verdade, acabam por nos permitir mesmo por tocar na questão de suas origens e de sua conceituação. O primeiro ponto de que geralmente se valem os detratores da Literatura Infanto-Juvenil remonta

às próprias origens dessa modalidade literária. Durante longo tempo a literatura infanto-juvenil não foi considerada um “gênero” ou “subgênero” digno de maior importância, por estar desde seu surgimento marcada fortemente por um caráter pedagógico-moralizante. Os primeiros textos que no Ocidente se tornaram sinônimo de literatura infantil, ainda que não necessariamente tendo sido escritos de forma específica para as crianças, já traziam marcas do utilitarismo que depois se tornaria regra na literatura infanto-juvenil, sobretudo pelos estreitos vínculos mantidos entre esta e a escola, historicamente espaço de circulação por excelência dos textos para crianças e jovens.

O caso de Perrault, mais conhecido, porque sinaliza o momento inicial da literatura infanto-juvenil no Ocidente, é sintomático dessa situação. Quando o escritor francês publica em 1697 os *Contos da Mamãe Gansa ou Histórias do tempo passado*, transcrevendo contos da tradição oral popular que há muito tempo estavam em circulação na Europa, não hesita em adicionar-lhes, no final, um certo conteúdo moral que os estigmatizaria para sempre. A versão que os mesmos contos populares receberiam por parte dos Irmãos Grimm, na Alemanha, mais de um século depois, em 1812, explicita ainda mais o caráter pedagogizante desse tipo de literatura voltada ao público infantil. Na verdade, boa parte da literatura que se produz para crianças e jovens nos séculos 18 e 19 não possui grande autonomia ou maior valor estético, na medida em que é, acima de tudo, instrumento de educadores ou intelectuais “bem intencionados” para a transmissão às novas gerações de valores éticos e morais, normas de conduta e comportamento, conteúdos edificantes de toda a ordem. Essa parcela significativa de textos infanto-juvenis constitui uma pseudo-literatura, pragmática, utilitária, menos interessada em contar bem uma história, divertir, emocionar, humanizar, do que em ensinar desde normas elementares de higiene e asseio pessoal até os valores “autênticos” como a “pátria”, a “família” ou a “religião”. Tal tradição pedagogizante, de fundas raízes, impregnou mesmo muitos textos da produção contemporânea, criando as condições para que os bons autores, que dessa armadilha conseguiram escapar, fossem ignorados pela crítica literária ou não suficientemente valorizados.

Outro aspecto de encomenda, para os que querem observar a literatura infanto-juvenil preponderantemente na perspectiva de um gênero menor, é a assimetria que, de certo modo, acaba mesmo por

definir o gênero, ou seja, a idéia de que num texto infantil temos via de regra um adulto que escreve para uma criança. Assim, no caso da literatura infantil, o processo de comunicação literária é pautado por um desequilíbrio de forças nos pólos da *produção* e da *recepção*, abrindo-se espaço freqüentemente para a manipulação ideológica do conteúdo dos textos infantis, que em muito prejudica sua qualidade literária. Podemos citar aqui a teórica alemã Maria Lypp, apresentada ao público brasileiro por Regina Zilberman em *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação* (1982):

A particularidade mais geral e fundamental deste processo de comunicação é a desigualdade entre os comunicadores, estando de um lado o autor adulto e de outro o leitor infantil. Ela diz respeito à situação lingüística, cognitiva, ao status social, para mencionar os pressupostos mais importantes da desigualdade. (p.18-19)

Além disso é também destacado que esta relação assimétrica não se limita apenas à esfera da produção do texto, mas, como nos diz Zilberman, é sempre o adulto

o responsável por um circuito que se estende da criação das histórias, à edição, distribuição e circulação, culminando com o consumo, controlado sobretudo por pais e professores. Em vista disso, a criança participa apenas colateralmente nesta seqüência, o que assinala a assimetria congênita aos livros a ela destinados.(p.18)

Nesse contexto, o adjetivo *infantil* que se associa ao substantivo *literatura*, atua como uma espécie de filtro, elemento regulador e censor, que escolhe dentro do campo mais amplo da *Literatura* de um modo geral, “o que pode” ou “o que não pode” ser mostrado à criança e ao jovem, a partir da ótica do adulto. Daí a ênfase depreciativa no caráter eminentemente adultocêntrico de tantos textos, menos empenhados em atender a reais anseios e necessidades afetivas, intelectuais, lingüísticas da criança ou do jovem, do que fazer propaganda de valores adultos que se quer a todo custo inculcar nesse virtual público leitor. A pré-determinação do público, nesse caso,

interfere de modo duvidoso na esfera da produção, fazendo com que o escritor escreva em função da sua idealização da infância, que não raramente subestima a capacidade da criança e do jovem ou a manipula em função de interesses adultos.

Um tópico também freqüente no discurso que questiona a legitimidade da literatura infanto-juvenil diz respeito ao seu atrelamento ao mercado. Nesse caso, chama-se a atenção para o fato de que a literatura infanto-juvenil, enquanto fenômeno historicamente jovem – cerca de dois ou três séculos – já nasceu sob a égide do Mercado, tornando-se muito marcada a dimensão de *mercadoria* do objeto livro-infanto-juvenil. Este, plenamente inserido no jogo das relações capitalistas, desde as origens, teria na sua base como objetivo mais imediato o lucro visado pelas editoras, sempre em busca da obra que pudesse obter a mais ampla circulação e as maiores tiragens, ao menor custo. Boa parte dos textos infanto-juvenis que se encontram em circulação não teria, portanto, qualquer preocupação artística de maior porte, constituindo apenas uma entre outras modalidades da indústria cultural. Nesse caso, geralmente, procura-se enfatizar que a literatura “adulta” ou não-infantil, por ter mais longa tradição, com suas origens na Antigüidade Clássica, conheceu diferentes momentos históricos anteriores à formação do mercado, que privilegiaram preocupações de natureza marcadamente artística/estética em detrimento das de outra ordem (o que não significa, contudo, que também ela não se encontre hoje sob o signo do mercado...).

Os três aspectos abordados – *pedagogismo, assimetria e mercado* –, nos termos em que os apresentamos, explicam, no entanto, apenas em parte o fato desse campo do conhecimento ser visto com tanta desconfiança pela instituição acadêmica. Dão conta da questão somente pelo ângulo do *corpus* de obras que constituem a literatura infanto-juvenil, apontando, na verdade, para questões pertinentes numa reflexão séria sobre o assunto. Há agora que se destacar um outro aspecto importante para entender o preconceito da Universidade em relação à literatura infanto-juvenil, mais grave, talvez, porque já não diz respeito apenas ao *corpus* em si, mas à própria legitimação da necessidade de uma reflexão contínua e sistemática sobre o assunto por parte da Universidade, quer nos Cursos de Graduação, quer nos de Pós-Graduação.

Para isso, temos de nos reportar ao próprio modelo de Universidade implementado no país. Se considerarmos, por exemplo, a experiência da Universidade de São Paulo–USP, fundada em 1934, como paradigmática para a implantação gradativa em décadas posteriores de Universidades por todo o território nacional, observaremos que preponderou um modelo de Universidade de matriz francesa que, na Área das Ciências Humanas, valorizava essencialmente a “alta cultura desinteressada” e não a formação de professores. Irene Cardoso em *A Universidade da comunhão paulista* (1982) deixa esse aspecto bastante claro, enfatizando o papel que ficara reservado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Segundo a autora, o decreto de fundação dessa Universidade

reafirma a concepção de Universidade que vem sendo defendida desde o primeiro momento: a presença da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no núcleo fundamental do sistema universitário e a instituição da alta cultura com a função superior de levar uma “elite de homens de talento (...) ao estudo desinteressado das questões que pairam nas altas esferas, que não podem atingir todos os cérebros, questões e problemas esses que entrosam diretamente com a orientação mental – e portanto política e econômica – que deve seguir o país”.(p.123)

Maria Alice de Oliveira Faria em *Contramão* (1986/87) mostra-nos que esta é apenas uma minúscula faceta das bases em que se assentou o Projeto de criação da USP, hoje visto por muitos teóricos e educadores de forma bastante crítica, na medida em que foi um projeto que muitas vezes se limitou a traduzir a postura de classe de uma certa burguesia ilustrada paulista, deixando de lado naquele momento histórico questões candentes, como a da formação de professores, que se fazia premente.

A tarefa de formar professores secundários, quando da fundação da USP, ficava a cargo do Instituto de Educação. No entanto, por uma legislação de 1931 que impunha às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras a tarefa de formar professores secundários, o Instituto de Educação acabou sendo incorporado pela USP, sendo extinto em 1938 e transformado sucessivamente em Seção e Departamento de Educação.

Ainda que colocada a questão aqui em termos esquemáticos, talvez assim fique mais evidente o hibridismo e a contradição que marcarão seriamente os objetivos do modelo de Universidade implantado: formar pesquisadores de alto nível, objetivo enraizado na concepção da Universidade e na cabeça de seus docentes, e a formação de professores secundários, tarefa assumida a reboque do projeto de Universidade em vigor e nunca assumido com a devida convicção. Desse modelo que se expandiu largamente, temos as Licenciaturas em Letras que, na Universidade brasileira, talvez nunca tenham conseguido se libertar desse hibridismo de objetivos, ora querendo produzir *pesquisa de gabinete*, ora querendo formar profissionais do ensino, e inúmeras vezes ficando no meio do caminho em relação às duas finalidades.

Considerado esse contexto, fica mais fácil perceber o preconceito que marca, sobretudo nos cursos de Letras, tudo que fuja à tradição dos altos estudos de uma cultura erudita, incluída aí a pesquisa aplicada voltada ao ensino. Se hoje formos analisar as grades curriculares e a estrutura dos Cursos de Letras, verificaremos que as mudanças são menores do que se poderia supor no sentido de atender melhor aos objetivos imediatos das Licenciaturas. As disciplinas, nos seus objetivos e conteúdo, em muito ainda se parecem com a dos cursos daqueles tempos, empenhados em criar centros de excelência em alta cultura. A pesquisa produzida pelos docentes da Universidade, na Área de Literatura, por exemplo, raríssimas vezes é de natureza aplicada, limitando-se à tradicional investigação de gabinete. O preconceito em relação a assuntos como a *literatura infanto-juvenil*, a *teoria da leitura*, *políticas de formação do leitor*, disciplinas pedagógicas, tem, desse modo, razões históricas profundas, que não se pode desprezar. Se quisermos buscar respostas para os problemas que o atual momento coloca para a Universidade, teremos de encarar frontalmente essa questão.

Feitas essas considerações, que ajudam a entender porque uma reflexão sobre a *literatura infanto-juvenil*, e mesmo sobre a *leitura* (no caso do último argumento explorado) têm ocupado posição marginal na tradição da Universidade brasileira, tratemos agora de relativizar os três primeiros aspectos apontados – *pedagogismo*, *assimetria* e *mercado* – com base no fato de que existe uma produção regular e significativa de textos infanto-juvenis de boa qualidade

estética, que, embora constituam apenas uma parcela menor da produção volumosa nesse setor, possuem um papel dos mais importantes para a formação de leitores, no contexto da escola de hoje. Se não houvesse outro motivo, estaria embutida aí, aliás, razão de sobra para discutir o texto infanto-juvenil na Universidade de maneira mais sistemática: se a produção de qualidade é pequena, mais importante ainda é preparar o futuro professor para reconhecê-la, segundo critérios específicos que freqüentemente o gênero exige, uma vez que, queira a Universidade ou não, estes textos circulam em nossa sociedade, tanto porque atendem a necessidades profundas das crianças e jovens, quanto porque, enquanto bens de mercado, têm seu espaço de circulação assegurado pelo marketing agressivo das editoras. Não é demais lembrar, igualmente, que, no caso da “literatura adulta” a produção de qualidade também é apenas uma pequena parcela da torrente de títulos publicados, sendo continuamente necessária uma triagem por parte da crítica especializada.

É preciso enfatizar que, desde longa data sempre houve escritores sensíveis que conseguiram superar as limitações que marcam boa parte da produção infanto-juvenil. No caso da literatura européia, para citar um único exemplo, bastante empregado, até porque ajuda a relativizar a divisão estanque entre gêneros, basta lembrar de *Alice no país das maravilhas*, publicado na Inglaterra em 1865 pelo reverendo Charles L. Dodgson, conhecido sob o nome de Lewis Carroll. *Alice*, tendo sido originalmente escrita para crianças, sempre foi apontada como das mais belas obras da Literatura Ocidental, independentemente de se considerar seu público-alvo. Alheia a pedagogismos de qualquer ordem, abusando do *nonsense*, do humor, de um trabalho requintado e essencialmente lúdico no nível da linguagem, *Alice* recusa qualquer tipo de rótulo.

Tratando agora da literatura infanto-juvenil brasileira, aliás, extremamente jovem, já que se desenvolve entre nós sobretudo a partir do final do século 19 e começo do 20, é preciso dizer que com o projeto literário inaugurado por Lobato em 1921, com a publicação de *Narizinho arrebitado* (segundo livro de leitura para uso das escolas primárias), começamos a possuir textos brasileiros originais e de boa realização artística. Deixando de lado na obra infanto-juvenil de Lobato, a vertente de narrativas de caráter assumidamente pedagógico, como *Emília no país da Gramática*, ou aquela de narrativas

panfletárias e demasiadamente empenhadas, como *O poço do Visconde*, encontraremos um conjunto de narrativas de valor, que no momento em que surgem viram de ponta-cabeça a literatura para crianças e jovens praticada entre nós.

A obra lobatiana, com um apelo extraordinário à imaginação do leitor, inova nos mais diversos campos, instaurando um paradigma de criatividade que será retomado por sucessivas gerações de escritores. Lobato estabelece um novo padrão de língua, bastante coloquial, cotidiano, originalmente nacional, usando e abusando dos neologismos e da metalinguagem, integrado, ainda que não programaticamente, ao projeto de língua levado a cabo pelos modernistas. No plano dos temas, Lobato como ninguém introduz na literatura infanto-juvenil uma concepção ousada de infância, que consegue superar a assimetria tradicional do gênero, na medida em que não subestima seu leitor, respeita-o, atende às suas mais profundas aspirações. Representa a criança em pé de igualdade com o adulto, insistindo em mostrá-la irreverente, crítica, questionadora, independente. Outro aspecto relevante do projeto literário vigoroso do escritor é o intertexto que sua obra estabelece com a tradição literária de diferentes épocas, numa recuperação paródica valorativa da mitologia greco-latina, dos contos de fadas, das fábulas, dos mitos brasileiros e o próprio intertexto com diferentes linguagens, articulando um diálogo rico com formas contemporâneas da comunicação de massa como os quadrinhos ou o cinema. Isto, para lembrar aqui apenas este ou aquele traço valorativo da produção de Lobato.

E se esse clássico da literatura infanto-juvenil brasileira, que é Lobato, não bastasse para exemplificar o caminho criativo que a literatura para crianças e jovens pode percorrer, seria possível evocar ainda o momento representado pelas décadas de 70 e 80 em nossa literatura infanto-juvenil. Nesse período, em meio a uma enorme expansão do mercado surge uma nova geração de escritores que parece assumir a tarefa de dar continuidade ao lado mais criativo, inovador e inconformista deixado pela obra de Lobato. Como apontam Zilberman e Lajolo em *Um Brasil para crianças* (1986), caracteriza o momento, então, uma pluralidade de projetos que, na pena de muitos escritores, não aceita circunscrever a literatura infanto-juvenil aos ditames da PEDAGOGIA e do MERCADO, lutando por inseri-la no território da ARTE. Renovam-se os temas; surgem modalidades mais complexas

de narração; experimenta-se no campo das linguagens, aproximando-se texto verbal do não-verbal; a poesia abre mão de seu caráter cívico-pedagógico; enfim, uma série de traços se faz presente assinalando a conquista de uma certa autonomia em textos que, antes de serem infantis ou adultos, apresentam, na diversidade do projeto formulado, uma preocupação com o estético, isto é, com a qualidade artística dos textos.

Uma vez ressaltada a qualidade estética, que, em maior ou menor grau, atualmente pode ser encontrada numa parcela razoável dos textos que constituem o *corpus* da literatura infanto-juvenil brasileira, é possível, então, encarar as relações entre literatura infanto-juvenil, leitura e Universidade como menos “perigosas” do que querem alguns e mais necessárias do que tem ocorrido no contexto de nosso país. Evitando o extremismo fácil que considera a literatura infanto-juvenil o inimigo a ser temido a todo custo, ou, numa visão freqüentemente eufórica, a cura revolucionária para uma “crise da leitura” na escola, talvez seja o momento de reconhecer que a literatura infanto-juvenil brasileira hoje, ao lado de outras tantas modalidades de textos escritos, tem um papel fulcral a cumprir na formação do leitor, porque na especificidade e na heterogeneidade de seu *corpus* possui alguns elementos que podem seduzir essa clientela pouco familiarizada com a palavra escrita.

A literatura infanto-juvenil, ao respeitar o ponto de vista da criança ou do jovem, ao ser fiel a seu universo; ao operar, por vezes simplificações, quer no nível da linguagem, quer no do tratamento dos temas, sem com isso necessariamente anular a organicidade ou o valor polissêmico de certos textos; ao se aproximar da linguagem e da cultura oral; ao fazer uma espécie de ponte entre a cultura de massas e a erudita; ao se associar a outras linguagens, concorrendo de igual para igual com o vídeo, o computador e os quadrinhos; ao se transformar numa alternativa mais consistente que o fragmentarismo típico dos livros didáticos, talvez nos faça ver que tem um papel efetivo a desempenhar na formação do leitor que se encontra na escola pública hoje. A literatura infanto-juvenil, aglutinando textos com diferentes níveis de literariedade, torna-se um instrumento básico para o professor de Primeiro e Segundo Graus, permitindo que se desenvolva um projeto gradativo de formação de leitor, a partir dos horizontes efetivos dos alunos e com ênfase na construção do sentido, desde a pré-escola até o segundo Grau, e cujo ponto de chegada naturalmente só pode ser o

conhecimento de fato de todo um patrimônio cultural nacional ou estrangeiro, mas quando isto puder ocorrer como vivência profunda e não mera simulação.

No contexto atual do debate sobre leitura e literatura infanto-juvenil seria o momento de abandonar as posições dicotômicas e simplificadoras da realidade, seja pela hipervalorização eufórica do texto infanto-juvenil, seja por seu desprezo face à comparação com as obras-primas da literatura não-infantil. Seria o caso de perceber com maior nitidez que, na reflexão sobre a literatura infanto-juvenil, tem sido responsável por uma celeuma estéril a mistura indiscriminada de dois critérios: um primeiro, que diz respeito ao julgamento de valor da obra literária; um outro, que se preocupa com a formação do leitor.

Parece-nos que, independentemente de agradar ou não a um leitor ou a um determinado grupo de leitores, circunscritos historicamente, a questão do julgamento de valor de uma obra é sempre pertinente. Há um momento legítimo em que uma dada obra pode ser submetida ao crivo do especialista, que vai analisar em que termos ela se situa em relação à produção literária que a precede ou à coetânea e que vai estudar suas relações com o contexto histórico em que se insere, valendo-se do mais amplo instrumental teórico que estiver à sua disposição (textual, biográfico, sociológico, psicológico etc.). Nessa instância, interessa de um modo geral saber em que medida se resolve na obra a questão da literariedade, entendida aí num amplo sentido.

No outro momento do processo, igualmente legítimo ao nosso ver, mas agora voltado à questão da formação do leitor, não se trata de verificar se estamos ou não diante de uma boa ou má obra de literatura, infanto-juvenil, e sim de ter nítido o horizonte de expectativas colocada por uma dada obra face aos horizontes de expectativas de um leitor ou de um conjunto de leitores. A partir desse “diagnóstico”, será o caso então de especular sobre o papel ou a função que pode desempenhar essa obra na formação do leitor. Teríamos, assim, não uma boa ou má obra, simplesmente, mas uma boa ou má obra *para* esta ou aquela estratégia de trabalho com a leitura no contexto escolar, *para* este ou aquele passo de um projeto de formação do leitor bastante amplo. Projeto que, na complexidade da sociedade contemporânea, se impõe – nunca é demais enfatizar – como condição elementar para se chegar à CIDADANIA e deveria ser encampado sem maiores

preconceitos pelas Licenciaturas em Letras. Já sob esse prisma, as relações entre literatura infanto-juvenil, leitura e Universidade, podem vir a ser, efetivamente, bastante perigosas...

CECCANTINI, João Luís C.T. Children's literature, reading and University: dangerous liaisons. *Miscelânea*, Assis, 2:161-173, 1995.

ABSTRACT: This work intends to discuss the outsider role that is generally reserved in Brazilian Letters Colleges for a systematic study about children's literature and its function in readers' formation.

KEY-WORDS: Children's Literature; Reading; Literature Teaching; Reading Methodology; Letters Curriculum.

Referências bibliográficas

CARDOSO, I. *A Universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

FARIA, M. A. de O. *Contramão*. Assis: UNESP, 1986/87 [mimeo]

LAJOLO, M. *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos*. São Paulo: Global, 1986.

ZILBERMAN, R. & CADEMARTORI, L. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. São Paulo: Ática, 1982.